

NÚCLEO DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Comunicado | Documento: 161385117

AVISO GERAL Nº 031/26 COMUNICADO 018/26 AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PROCESSO SEI Nº 7410.2026/0008119-0

EDITAL N.º 001/ 2026-JARI/CET de procedimento para CADASTRAMENTO e CREDENCIAMENTO de entidades representativas da sociedade ligadas à área de trânsito.

A Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, torna público que estarão abertas, no período de 27 de Julho a 21 de Agosto de 2026, as inscrições para o procedimento de cadastramento para fins de credenciamento de associações não governamentais e/ou órgãos de classe com interesse na área de trânsito que desejem indicar membros para compor e atuar nas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI da Companhia de Engenharia de Tráfego-CET, conforme disposições do Decreto n.º 60.982, de 30 de Dezembro de 2021 e do Comunicado CET nº 007/23 de 27/04/2023, constante no ANEXO III.

1- DO OBJETO

1.1 O presente procedimento bienal objetiva o cadastramento para fins de credenciamento e classificação de até 60 (sessenta) associações não governamentais e/ou órgãos de classe com interesse na área de trânsito para indicação de membros das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI da Companhia de Engenharia de Tráfego, conforme disposições do Decreto n.º 60.982, de 30 de Dezembro de 2021, Regimento das JARIs, instituído por meio do Comunicado nº 007/23 de 27/04/2023, constante do ANEXO III.

1.2 - O cadastramento de 60 (sessenta) associações não governamentais e/ou Órgãos de classe) destina-se a manutenção das indicações pelo período de 24 (vinte e quatro), meses e podendo ser prorrogado limitando-se ao máximo de 48 (quarenta e oito) meses a critério do órgão ou encerrará caso esgote a lista de classificação estabelecida pelo sorteio das entidades credenciadas.

2- DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRAMENTO

2.1 A inscrição de associações não governamentais e/ou órgãos de classe, conforme previsto no art. 9º, incisos I e II do Regimento das JARI, instituído por meio do Comunicado nº 007/23 de 27/04/2023, para cadastramento se fará mediante protocolo de requerimento endereçado a Autoridade de Trânsito do Município de São Paulo, conforme modelo constante do ANEXO I deste edital, no Setor de Protocolo Geral da CET, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7203, Pinheiros, de segunda à sexta - feira, das 9 às 16 horas, no período 27 de Julho a 21 de Agosto de 2026, devendo conter e ser acompanhado das seguintes informações e documentos:

2.1.1. Nome da associação não governamental e/ou órgão de classe, endereço, telefones, e-mail e nome de pessoa para contato;

2.1.2. Ato constitutivo da entidade comprovando sua ligação à área de trânsito.

2.1.3. Memorial circunstanciado que demonstre, por meio de documentos comprobatórios, o vínculo da entidade à área de trânsito, no caso de não constar do seu ato constitutivo demonstração da sua vinculação específica de sua atuação ou interesse na área de trânsito;

2.1.4. Comprovação de regularidade da entidade perante o Município há no mínimo 5 (cinco) anos computados anteriormente à data de protocolo do requerimento de cadastramento, por meio de documento hábil;

2.1.5. Termo de responsabilidade, conforme ANEXO II deste Edital, assinado por dirigente da entidade, qualificado para o ato, atestando a observância e adequação de seus postulantes a membro de JARI aos requisitos legais e procedimentais exigidos.

2.2. As associações não governamentais e/ou órgãos de classe que protocolarem requerimentos obrigam-se a manter atualizados seus dados cadastrais, especialmente o endereço e telefones para contato, informando por escrito a CET eventuais mudanças.

2.3 Não serão credenciadas as associações não governamentais e/ou órgãos de classe inscritos no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

2.3.1 A entidade credenciada e/ou classificada que vier a constar do CADIN MUNICIPAL será automaticamente excluída do procedimento/credenciamento/classificação.

3- DO CREDENCIAMENTO

3.1. Encerrado o cadastramento serão avaliados os documentos apresentados para fim de credenciamento das entidades.

3.2. Somente serão credenciadas as entidades que atenderem aos requisitos e apresentarem todos os documentos previstos no subitem 2.1. deste Edital.

3.3. A relação das entidades credenciadas pela Autoridade de Trânsito será publicada no Diário Oficial da Cidade- DOC.

4- DA CLASSIFICAÇÃO PARA INDICAÇÃO

4.1. Será realizado sorteio de classificação e/ou eliminação da ordem das associações não governamentais e/ou órgãos de classe credenciados, para indicação de postulantes, conforme edital específico a ser publicado no Diário Oficial da Cidade- DOC.

4.2 - Havendo mais de 60 (sessenta) entes credenciados será feito sorteio público para seleção dos 60 (sessenta) primeiros credenciados que farão, cada um, a indicação de um postulante a membro de JARI, na ordem que forem sorteados.

4.3 - Havendo menos de 60 (sessenta) entes credenciados, cada entidade poderá concorrer ao número de postulações (entidades cadastradas) equivalente ao quociente, ou ao número inteiro seguinte a este, caso este número seja fracionado, da divisão do número 60 (sessenta), pelo número de credenciados.

Ex:

60 : Postulações = nº de sorteios com direito a 1 (uma) nomeação pela Entidade.

Serão realizados sucessivos sorteios com a participação de todas as entidades, cada uma concorrendo com um número de 1 (um) até o número de entidades postulantes, definindo assim, a ordem de classificação na listagem que cada qual ocupará, até que sejam sorteadas as 60 (sessenta) postulações.

Ex:

★ Posição Entidade "Alfa" nos sorteios.			
Sorteio 1	Sorteio 2	Sorteio 3	Sorteio 4
★ ★ ★	★ ★ ★	★ ★ ★	★ ★ ★
A Somatória dos Sorteios Cria a Tabela Contínua para Convocação das Entidades (60 posições).			

4.4. O sorteio estabelecerá a ordem de indicação das postulações a membro de JARI de representação das associações não governamentais e/ou órgãos de classe credenciados, limitada ao total de 60 (sessenta) entidades.

4.5. Será publicada no D.O.C. a ordem estabelecida por meio do sorteio de classificação e/ou eliminação das entidades credenciadas para as indicações de postulantes a membro de JARI.

5- DA INDICAÇÃO

5.1. As indicações de postulantes a membro de JARI ocorrerão à medida da necessidade de preenchimento de vagas e serão precedidas de ofício de convocação à associação não governamental e órgão de classe credenciados, seguindo a ordem de classificação publicada.

5.2. A indicação pela entidade será feita com o encaminhamento à CET de informações e documentos do postulante a membro de JARI.

5.3. A não indicação de postulantes no prazo estabelecido no ofício de convocação implica na desistência de indicação.

5.4. A desistência de indicação de postulante a membro de JARI pela entidade credenciada implica na perda do direito de indicação referente à classificação específica obtida no sorteio, não cabendo qualquer indicação tardia ou fora da ordem estabelecida no sorteio.

5.5. Os postulantes a membro de JARI, indicados pelas entidades credenciadas, deverão ter conhecimento de trânsito e que:

5.5.1.- tenham atingido a maioridade civil;

5.5.2.- sejam portadores de certificado de conclusão de ensino médio, no mínimo, mediante a apresentação de Diploma ou similar, como requisito para sua designação e posse;

5.5.3. não tenham sofrido condenação judicial criminal transitada em julgado, comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa e/ou Atestado de Antecedentes Criminais respectiva(s), como requisito para sua designação e posse;

5.5.4. não exerçam atividades como sócios, gerentes, diretores, empregados e instrutores, ainda que em caráter autônomo, de Controladorias Regionais de Trânsito - CRT, Centros de Formação de Condutores - CFC, despachantes, escritórios de prestação de serviços de recursos administrativos e judiciais contra penalidades às infrações de trânsito, bem como médicos ou psicólogos credenciados por órgão executivo de trânsito;

5.5.5. não sejam agentes de fiscalização de trânsito, civis ou militares e seus chefes imediatos e mediatos;

5.5.6. não tenham recebido, por qualquer motivo, penalidades que impliquem em ter o direito de dirigir suspenso ou cassada a Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir;

5.5.7. não integrem e/ou não tenham assento como membros dos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRANs, Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE nem em outras JARIs municipais, estaduais, federais ou do Distrito Federal;

5.5.8. não estejam no exercício de cargo ou função no Poder Executivo ou Legislativo do Município de São Paulo;

5.5.9 obtenham aprovação em prova de conhecimentos específicos de trânsito, após estudo autodidata e aprovação em teste prático de informática, conforme especificado nos subitens 5.6 e 5.7;

5.5.10 não estejam inscritos no CADIN MUNICIPAL, comprovada mediante a apresentação de Comprovante de Inexistência de Registro respectivo, como requisito para sua designação e posse;

5.6. O estudo autodidata de conhecimentos específicos de trânsito deverá se basear em material didático que será disponibilizado pela Autoridade de Trânsito para download através da Internet às entidades credenciadas que deverão encaminhá-lo às pessoas que indicarem para membro da JARI, a fim de que se preparem em tempo hábil para a prova composta de 10 testes de múltipla escolha relativos à matéria contida no material didático, sobre procedimentos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, sobre o Regimento das JARIs e sobre as responsabilidades advindas do exercício da função de membro da JARI.

5.7. O teste prático de informática visa avaliar os conhecimentos básicos de informática dos membros indicados pelas Entidades, conhecimentos necessários ao exercício da função de membro no julgamento de recursos informatizados da JARI. O teste será aplicado após a aprovação no teste de conhecimentos específicos de trânsito e seguirá o seguinte roteiro:

a) inserir login e senha (a serem fornecidos) para acessar os programas;

b) abrir o editor de texto Word for Windows, redigir com suas próprias palavras e digitar um voto logicamente coerente com no mínimo 2 parágrafos de texto, com a decisão proposta e compatível com o voto para a Junta, a partir dos padrões de um modelo, para um recurso fictício fornecido como exemplo;

5.8 A constatação de qualquer impedimento para o exercício da atividade de membro de JARI, conforme requisitos descritos no subitem 5.5 deste Edital, implicará no cancelamento automático da indicação do postulante, perdendo o ente credenciado qualquer direito à indicação substitutiva naquela indicação sorteada.

6- DA POSSE E DO MANDATO

6.1. A posse do indicado como membro de JARI se dará com a assinatura do termo de responsabilidade e do termo de posse, em observância ao Regimento das JARIs atos que deverão preceder a primeira reunião da Junta que irá compor.

6.2.O indicado que não tomar posse no prazo

estabelecido no ofício de convocação perderá a sua indicação a postulante e a entidade credenciada que o indicou não terá qualquer direito à nova indicação substitutiva daquela indicação perdida.

6.3.A falta de assinatura dos termos de responsabilidade e de posse do indicado como membro de JARI, no prazo estabelecido, ou a sua desistência, implicarão no cancelamento automático da indicação do postulante, perdendo o ente credenciado qualquer direito à nova indicação substitutiva daquela indicação sorteada.

6.4. O mandato dos membros será de 1 (um) ano, permitida a recondução, para a mesma ou para outra JARI à critério da Autoridade de Trânsito, observando-se as demais disposições do Regimento das JARIs.

6.5. Perderá o mandato o membro que comprovadamente incorrer nas hipóteses do artigo 12 do Regimento da JARI.

6.5.1. estiver incurso em qualquer dos impeditivos para participação na JARI;

6.5.2. faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões ordinárias/plenárias seguidas da JARI, ou a 4 (quatro) intercaladas no período de 1 ano, a partir da data da posse;

6.5.3. requerer ou solicitar reiteradamente, diligências despiciendas procrastinando o julgamento de recursos;

6.5.4. comportar-se de maneira antiética ou cometer ato atentatório à dignidade do exercício da função;

6.5.5. alegar imotivada e injustificadamente suspeição ou impedimento nos recursos que lhe forem distribuídos;

6.5.6. deixar de cumprir com suas obrigações regimentais como membro ou coordenador;

6.5.7. descumprir disposição do Regimento das JARIs ou de normas administrativas da Prefeitura do Município de São Paulo aplicáveis à função de membro de JARI.

6.6. A duração do mandato do membro indicado e empossado durante a validade do procedimento objeto deste edital independe da realização ou vigência de novo procedimento bienal.

7- DA FUNÇÃO DE MEMBRO DE JARI

7.1. A função de membro de JARI não caracteriza vínculo empregatício, trabalhista, de prestação de serviço com a administração pública, obrigação previdenciária, fiscal ou securitária, sendo que pelo desempenho da sua atividade receberá, a título de gratificação, valor estabelecido em legislação própria.

7.2. No exercício da função de membro de JARI deverá comportar-se de maneira compatível com o Decreto Municipal nº 56.130, de 26 de maio de 2015, que instituiu o Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e com o Codigo de Conduta e Integridade da CET.

8- DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A inobservância por parte das entidades ou dos postulantes indicados como membro de JARI às disposições, obrigações e compromissos que lhes caiba observar ou cumprir conforme disposto no

presente procedimento e legislação aplicável, implica na desistência ou na sua exclusão automática do procedimento.

8.2. A ordem de designação dos membros das JARI indicados por associações não governamentais e/ou grupos de classe credenciados, obtida no procedimento objeto deste edital terá validade somente até sua substituição pela publicação de nova ordem de designação em novo procedimento bienal.

8.3. O eventual cancelamento, reformulação ou redefinição de datas do presente procedimento não implica na garantia para as entidades participantes de quaisquer direitos que adviriam de fatos e atos praticados até o eventual cancelamento, reformulação ou redefinição de datas do procedimento.

8.4. O prazo de validade deste procedimento é de 24 (vinte e quatro) meses podendo ser prorrogado limitando-se ao máximo 48 (quarenta e oito) meses, a critério do órgão ou encerrará caso esgote a lista de classificação estabelecida pelo sorteio das entidades credenciadas.

8.5. Os casos omissos serão decididos pela Autoridade de Trânsito.

ANEXO I do Edital nº 001/2026- JARI/CET

MODELO DE REQUERIMENTO

À

AUTORIDADE EXECUTIVA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:

_____ (nome da entidade)_____,
(qualificação, endereço, telefones, e-mail, e pessoa para contato), vem pelo presente se cadastrar REQUERENDO o seu CREDENCIAMENTO no procedimento bienal, conforme EDITAL nº **001/2026**, cujos termos declaramos conhecer e com os quais concordamos. Anexamos o nosso ____ (Ato constitutivo) _____, (cujos artigos _____comprovam a nossa ligação à área de trânsito) sendo que nossa vinculação à área de trânsito encontra-se demonstrada no memorial/arrazoado também anexo).

Acompanha o presente o Termo de Responsabilidade devidamente preenchido e assinado.

Cientes de que qualquer modificação de endereço, telefones e pessoa de contato deverão ser imediatamente comunicadas por escrito a CET, requeremos o deferimento do presente, com o nosso cadastramento para as próximas etapas do procedimento.

São Paulo, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura

Nome:

RG: _____ CPF:

ANEXO II do Edital nº 001/2026- JARI/CET

Modelo de Termo de Responsabilidade

Seção III

Indicação, seleção, designação e posse dos membros

Art. 8º Não poderão fazer parte das JARIs:

I- aqueles que não tenham atingido a maioria civil;

II- os sócios, gerentes, diretores, empregados e instrutores, ainda que em caráter autônomo, de Controladorias Regionais de Trânsito - CRT, Centros de Formação de Condutores - CFC, despachantes, escritórios de prestação de serviços de recursos administrativos e judiciais contra penalidades às infrações de trânsito, bem como médicos ou psicólogos credenciados por órgão executivo de trânsito;

III- os agentes de fiscalização de trânsito, civis ou militares, bem como seus chefes imediatos e mediatos;

IV- aqueles que, por qualquer motivo, tenham o direito de dirigir suspenso ou cassada a Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir;

V- os membros dos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRANs, Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE e outras JARIs municipais, estaduais, federais ou do Distrito Federal.

Art. 9º O procedimento de indicação de membros das JARIs por associações não governamentais ou órgãos de classe com interesse na área de trânsito, previsto no art.5º inciso III deste Regimento Interno, terá prazo de validade de 2(dois) anos e obedecerá às seguintes disposições:

I- a entidade executiva municipal de trânsito fará um cadastramento e credenciamento das associações não governamentais e/ou órgãos de classe que tenham interesse em indicar membros das suas representações na JARI, conforme edital a ser publicado no Diário Oficial da Cidade - DOC;

II- para se cadastrar é necessário:

a) estar regularmente estabelecido no Município há no mínimo 05 (cinco) anos;

b) conter em seu ato constitutivo ligação ou vinculação à área de trânsito;

c) no ato do cadastramento assumir a responsabilidade pela observância e adequação de seus postulantes a membro da JARI no que concerne aos requisitos legais e procedimentais exigidos.

III- encerrado o cadastramento será publicado no Diário Oficial da Cidade - DOC, a relação das associações não governamentais e/ou órgãos de classe credenciados que poderão indicar postulantes a membros para a JARI;

IV- para estabelecer a ordem de designação dos membros das JARIs indicados por associações não governamentais e/ou órgãos de classe credenciados, nos termos do inciso III, será realizado sorteio com publicação no Diário Oficial da Cidade - DOC;

V- conforme necessidade de preenchimento de vagas será oficiado o ente credenciado, na ordem do sorteio previsto no inciso anterior, para que adote as providências e encaminhe os dados e

documentos do postulante à entidade executiva municipal de trânsito para publicação da sua designação como membro da JARI no Diário Oficial da Cidade - DOC;

VI - a constatação de qualquer impedimento para o exercício da atividade de membro da JARI ou, descumprimento do inciso V deste artigo, implicará o cancelamento automático da indicação do postulante, perdendo o ente credenciado qualquer direito à substituição da mesma postulação no mesmo procedimento bienal.

§ 1º. A realização de novo procedimento de credenciamento e indicação de membros por entidades representativas da sociedade ligadas à área de trânsito, não se vincula à duração do mandato do membro indicado e empossado durante a validade do procedimento bienal.

§ 2º. A ordem de designação dos membros das JARIs indicados por associações não governamentais e órgãos de classe credenciados, obtida em cada procedimento bienal, terá validade somente até sua substituição pela publicação de nova ordem de designação em novo procedimento de credenciamento e indicação de membros por entidades representativas da sociedade ligadas à área de trânsito.

§ 3º. Independentemente dos procedimentos de credenciamento e indicação de membros por entidades representativas da sociedade ligadas à área de trânsito, a duração dos seus mandatos será a prevista no artigo 10 deste Regimento Interno.

§ 4º. Havendo novo procedimento para credenciamento de entidades não governamentais e/ou órgãos de classe, os representantes remanescentes daquelas organizações e/ou órgãos de classe não inscritos terão direito a permanecer nas Juntas até o final do mandato.

Art. 10. Publicada a designação do membro indicado, a posse se dará com a assinatura do Termo de Responsabilidade e do Termo de Posse, Anexos I e II deste Regimento, atos que deverão preceder a primeira reunião da JARI que irá compor.

Parágrafo único. Não atendido ao disposto no “caput” deste artigo ou, havendo a desistência do membro indicado, a associação não governamental e/ou órgão de classe credenciados perderão seu direito a esta indicação, ficando autorizado o chamamento do próximo credenciado, respeitada a ordem do sorteio realizado.

Seção IV

Mandato e recondução

Art. 11. O mandato dos membros das JARIs será de 1 (um) ano, permitida a recondução, por períodos sucessivos, para a mesma ou outra Junta, a critério da entidade executiva municipal de trânsito.

Seção V

Da perda do mandato

Art. 12. Perderá o mandato o membro que comprovadamente:

I- estiver incurso em qualquer dos impeditivos para participação na JARI;

II- faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões ordinárias/plenárias seguidas da JARI, ou a 4

(quatro) intercaladas no período de 1 (um) ano, a partir da data da posse;

III- requerer ou solicitar reiteradamente, diligências despiciendas procrastinando o julgamento de recursos;

IV- fundamentar, reiteradamente, os votos de forma incongruente nos recursos sob sua responsabilidade;

V- descumprir ordem emanada, comunicados, informativos e eventuais apontamentos feitos pela Coordenação da JARI e/ou presidente da Junta;

VI- deixar de julgar os processos designados para sua relatoria dentro do prazo estabelecido;

VII- divulgar sem autorização informações internas e/ou a respeito de processos em tramitação no âmbito da JARI;

VIII- comportar-se de maneira antiética, imoral ou cometer ato atentatório à dignidade do exercício da função;

IX- comportar-se de maneira incompatível com o Decreto Municipal nº 56.130, de 26 de maio de 2015, que instituiu o Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e com o Código de Conduta e Integridade da CET;

X- alegar imotivada e injustificadamente suspeição ou impedimento nos recursos que lhe forem distribuídos;

XI - deixar de cumprir com suas obrigações regimentais como membro, presidente ou vice presidente de Junta ou coordenador;

XII- descumprir disposição deste Regimento Interno ou as normas administrativas da Prefeitura do Município de São Paulo aplicáveis à função de membro da JARI.

Parágrafo único - A perda do mandato motivada pelas disposições previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII e IX dependerá de procedimento administrativo, com garantia de ampla defesa, aplicando-se a legislação Municipal, no que for cabível.

Seção VI

Das reuniões, da apreciação e decisão de recursos

Art. 13. A Junta poderá se reunir com a presença de no mínimo 3 (três) membros de diferentes representações.

Art. 14. A reunião da Junta será semanal, em dia fixo, no período matutino ou vespertino, conforme organização estabelecida pelo Coordenador das JARIs, em conjunto com a entidade executiva municipal de trânsito.

§ 1º A presença do membro da JARI às reuniões semanais ordinárias, plenárias ou reuniões extraordinárias, será computada para efeito do pagamento da gratificação, nos termos da legislação própria.

§ 2º A recusa imotivada do desempenho das atribuições de membro, vice-presidente ou presidente de Junta acarretará o cancelamento da presença do membro à reunião na qual se der o fato.

Art. 15. As reuniões das JARI poderão obedecer, a

critério de cada Presidente, a seguinte ordem:

I- abertura, pelo Presidente da Junta;

II- leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III- verificação da pauta distribuída para reunião da Junta, execução da distribuição interna e composição das turmas de julgamento, por meio do sistema de processamento de dados;

IV- distribuição dos recursos aos membros presentes, para apreciação dos processos que lhe couberem, com formalização de parecer e decisão;

V- decisão dos recursos pelas turmas;

VI- apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados à JARI;

VII- encerramento da reunião.

Parágrafo único - Os atos de responsabilidade do presidente da Junta previstos nos incisos III e IV são compulsórios, sendo que a inobservância impede a reunião programada, cancelando a presença de todos os membros que se omitirem nas obrigações de zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento.

Art. 16. Os recursos colocados em pauta para a reunião das JARIs serão distribuídos equitativamente aos julgadores, de acordo com a distribuição interna dos membros indicados pelo sistema de processamento de dados, respeitadas as indicações de conexão de processos por veículo ou recorrente, devendo o recurso ser relatado e decidido motivadamente pelo membro ao qual for distribuído.

Parágrafo único. A distribuição interna da pauta entre os membros da Junta e a formação das turmas de julgamento, será informada em relatório impresso pelo sistema à Secretaria ao final dos trabalhos, para efeitos de controle e redação da ata.

Art. 17. Cada recurso será decidido por 3 (três) membros de diferentes representações da Junta, que formarão uma turma de julgamento.

§ 1º Excepcionalmente, a turma de julgamento da Junta poderá deliberar com maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou de seu suplente.

§ 2º Na reunião da Junta funcionarão simultaneamente até 2 (duas) turmas de julgamento.

§ 3º As turmas de julgamento serão alternadas a cada reunião da Junta e serão estabelecidas simultaneamente à distribuição interna da pauta, por meio do sistema de processamento de dados, de forma que a composição das 2 (duas) turmas em uma reunião somente se repita depois de esgotadas as outras possibilidades de composição de turmas nas reuniões anteriores.

§ 4º Os membros das turmas de julgamento ausentes às reuniões serão substituídos pelos membros presentes de representação equivalente de sua JARI, na formulação do segundo ou terceiro voto.

Art. 18. Cada membro tem autonomia para a formulação e motivação do seu relatório e voto, devendo ser observados o interesse público e a isenção, como princípios norteadores.

Art. 19. É expressamente vedada aos membros a retirada de processos das instalações das JARIs.

Art. 20. Não será admitida a sustentação oral do recorrente ou de quem o represente administrativa ou judicialmente.

Parágrafo único. As eventuais diligências presenciais realizadas por membros das JARIs, com o objetivo de produção de provas para instrução do recurso, deverão ser feitas conjuntamente por, no mínimo, 2 (dois) membros da JARI de diferentes representações.

Art. 21. Mensalmente será convocada pelo Coordenador das JARIs, com no mínimo uma semana de antecedência, a Reunião Plenária das JARIs, por ele dirigida, com a seguinte ordem dos trabalhos:

I- Abertura e composição da mesa diretiva;

II- Aprovação da ata da plenária anterior, cujas cópias deverão ser distribuídas às Juntas pela Secretaria da JARI, com no mínimo duas semanas de antecedência;

III- Ordem do dia previamente estabelecida na convocação.

Parágrafo único. A presença do membro à reunião plenária será computada para efeito de pagamento da gratificação, nos termos da legislação própria.

Seção VII

Da distribuição de recursos entre as JARI

Art. 22. A distribuição dos recursos entre as JARIs deverá prever igual número de processos por membro e se dará por processamento eletrônico semanal, respeitada a conexão de recursos do mesmo requerente ou do mesmo veículo, sendo os recursos conexos decididos pela mesma turma e distribuídos ao mesmo membro.

§ 1º Havendo ocorrências excepcionais ou indisponibilidade técnica do Sistema, a distribuição dos recursos será suspensa, devendo os recursos protocolados naquele período entrarem na ordem de distribuição do período semanal subsequente.

§ 2º O período de distribuição previsto no “caput” poderá ser alterado, excepcionalmente, desde que haja justificativa técnica.

Art. 23. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de interposição, obedecida à distribuição descrita no artigo anterior.

Art. 24. Os recursos não poderão ser redistribuídos de uma Junta para outra, salvo por motivo de força maior e nos casos de impedimento ou suspeição dos membros da Junta.

Parágrafo único. As ocorrências previstas no “caput” seguirão critérios de redistribuição pré-estabelecidos pelo Coordenador das JARIs, devendo ser devidamente documentadas e anotadas nos autos dos processos.

Seção VIII

Dos presidentes, membros e coordenador

Art. 25. Ao presidente da JARI compete:

I- cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento Interno, além de todas as atribuições e

responsabilidades de membro das JARIs;

II- executar no horário estabelecido para o início da reunião a distribuição interna dos processos e a composição das turmas de decisão, por meio do sistema de processamento de dados, zelando pela observância do cumprimento das regras previstas para o bom desempenho dos trabalhos;

III- abrir, suspender e encerrar a reunião de julgamento;

IV- encaminhar as proposições dos membros de sua Junta ao Coordenador;

V- assinar atas das reuniões, correspondências e demais documentos;

VI- fazer constar das atas as justificativas das ausências de membros às reuniões;

VII- considerar justificada ou não a falta do membro à reunião, comunicando ao Coordenador o caso que configurar falta injustificada;

VIII- comunicar imediatamente ao Coordenador a renúncia ou vacância da função de membro;

IX- instruir os recursos interpostos contra as decisões da Junta em segunda instância, conforme procedimentos do Conselho Estadual de Trânsito de São Paulo - CETRAN/SP normatizados pelo Coordenador na JARI;

X- receber as citações e intimações que lhe forem dirigidas, cumprir, encaminhar para cumprimento ou adotar as providências cabíveis, no caso de eventuais determinações judiciais;

XI- prestar informações à entidade executiva municipal de trânsito para subsidiar eventual defesa judicial referente aos questionamentos de seus atos e dos membros de sua Junta, no regular exercício de suas atribuições.

Art. 26. Ao vice-presidente compete:

I- substituir o Presidente em suas funções e atribuições, nos casos de ausência;

II- todas as atribuições e responsabilidades de membro da JARI.

Art. 27. Aos membros da JARI compete:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento Interno;

II- comparecer às reuniões de julgamento, verificar a ocorrência de anomalias na distribuição de recursos para a sua turma de julgamento, antes de começar a relatar os processos que lhes foram distribuídos, assinando o livro de presença e atas das reuniões;

III- verificar a distribuição interna da pauta e a formação das turmas de julgamento;

IV- participar das reuniões plenárias convocadas, assinando o livro de presença;

V- ter conhecimento de recursos julgados em segunda instância quando disponibilizado pelo CETRAN;

VI- relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, verificando previamente a sequência de distribuição dos recursos; solicitando diligências quando necessário, motivando o voto e apontando

um dos seguintes resultados:

- a) rejeição administrativa do recurso;
- b) não conhecimento por intempestividade;
- c) não conhecimento por ilegitimidade de parte;
- d) manutenção da penalidade;
- e) cancelamento da penalidade.

VII- discutir e decidir a matéria apresentada pelos demais membros da sua turma, verificando a conformidade da sequência de distribuição de recursos e justificando o voto se divergente, ou acompanhando se convergente;

VIII- solicitar reuniões plenárias extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento de apreciação dos recursos;

IX- justificar suas ausências;

X- declarar seu impedimento ou suspeição para relatar ou participar do julgamento de processos específicos em que tenha, direta ou indiretamente, interesse;

XI- prestar informações à entidade executiva municipal de trânsito para subsidiar eventual defesa judicial referente aos questionamentos de seus atos e dos membros de sua Junta, no regular exercício de suas atribuições;

XII- encaminhar por escrito ao Coordenador, por meio da secretaria das JARIs, a constatação de eventual anomalia regimental não sanada no âmbito da sua Junta, especialmente na organização das turmas de julgamento e na distribuição interna dos processos entre os membros.

§ 1º. O membro deverá se declarar impedido de relatar um recurso ou participar da sua decisão quando:

- a) ele próprio for o apenado, ou quando o apenado ou o condutor do veículo for seu parente;
- b) tenha atuado no processo como testemunha;
- c) tenha oficiado como perito ou produzido provas, constantes dos autos e determinantes para a decisão da Junta;
- d) tenha orientado, instruído ou ajudado diretamente o recorrente a produzir provas.

§ 2º. O membro poderá se declarar suspeito de parcialidade para relatar um recurso ou participar de sua decisão quando:

- a) for amigo ou inimigo íntimo do recorrente ou do proprietário do veículo;
- b) for credor ou devedor do recorrente ou do proprietário do veículo.

Art. 28. O dirigente da entidade executiva municipal de trânsito atribuirá a um dos membros das Juntas a responsabilidade pela Coordenação da JARI, cabendo a este em especial:

I- cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento, responder pelo expediente e correspondências da coordenação da JARI, além de coordenar os trabalhos da Secretaria,

comparecendo ao expediente da JARI, fora do horário de reunião de sua Junta e da plenária mensal, pelo tempo suficiente para desempenho de suas atribuições, especialmente, aquelas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Trânsito de São Paulo;

II- convocar e presidir reuniões plenárias da JARI, objetivando informações, exame de matéria de interesse comum, debates sobre legislação, procedimentos e tudo mais que deva ser examinado;

III- convocar reuniões extraordinárias de uma ou mais Juntas, sempre que for necessário, em virtude de aumento da quantidade de recursos não julgados;

IV- convocar sessão especial, com a presença exclusiva de Presidentes das Juntas, para tratar de assuntos de peculiar interesse;

V- comunicar à entidade executiva municipal de trânsito eventuais indícios de irregularidades que tome conhecimento ou sejam relatadas pelos membros, dando ciência ao presidente da Junta;

VI- comunicar à entidade executiva municipal de trânsito, irregularidades administrativas praticadas pelos membros das Juntas e informações sobre problemas observados nas autuações apontados em recursos, que se repitam sistematicamente;

VII- organizar e supervisionar a distribuição de recursos pela Secretaria Administrativa;

VIII- encaminhar à entidade executiva municipal de trânsito as sugestões e reivindicações aprovadas nas reuniões plenárias;

IX- encaminhar ao Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN e ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, consultas quanto à interpretação da legislação;

X- divulgar para os membros das Juntas os atos de interesse editados pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;

XI- estar à disposição para esclarecimentos das dúvidas dos membros das Juntas, com relação às normas deste Regimento;

XII- apresentar mensalmente à entidade executiva municipal de trânsito, as estatísticas dos julgamentos e, anualmente, os relatórios de atividades das JARIs;

XIII- organizar e coordenar os trabalhos da equipe administrativa de apoio às JARIs;

XIV- expedir provimentos, circulares, ordens internas ou instruções de serviço, bem como assinar documentos relativos à coordenação;

XV- promover oportunidades de formação, atualização e reciclagens periódicas ou extraordinárias dos membros das Juntas;

XVI- representar a JARI junto aos órgãos e/ou entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e demais órgãos públicos e privados.

Parágrafo único. O Coordenador da JARI será substituído, em suas ausências, por outro membro designado pela entidade executiva municipal de trânsito.

Seção IX

Do apoio administrativo

Art. 29. Os recursos humanos mencionados no art.4º, inc. V, comporão a Secretaria da JARI e serão coordenados por um Secretário Geral, aos quais cabe:

I- cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento, secretariar as reuniões de julgamento e plenárias, elaborando as respectivas atas;

II- verificar o ordenamento dos processos com os documentos juntados pelo recorrente e os requisitados pela JARI, numerando e rubricando as suas folhas;

III- preparar e colocar os processos em sua distribuição para as Juntas, nos termos do que dispõe este Regimento e conforme orientações do Coordenador;

IV- recolocar na pauta de julgamento os processos não julgados, retirados da pauta da sessão anterior e os que retornarem de diligências;

V- assistir os presidentes das Juntas no início das reuniões, para a adequada distribuição interna da pauta e formação das turmas de julgamento pelo sistema de processamento de dados;

VI- registrar o comparecimento dos membros às reuniões;

VII- atender e dar encaminhamento às solicitações de diligências;

VIII- manter atualizados os arquivos de legislação e projetos técnicos de sinalização, bem como os demais documentos de apoio aos julgamentos;

IX- preparar documentos e demais expedientes a serem assinados pelos Presidentes e Coordenador;

X- requisitar e controlar os materiais permanentes e de consumo, providenciando o abastecimento e reposição dos itens utilizados no desenvolvimento dos trabalhos;

XI- prestar os demais serviços de apoio administrativo e operacional aos membros das Juntas e ao Coordenador;

XII- não fornecer e zelar para que não haja o fornecimento de informações referentes aos recursos e sua distribuição a qualquer membro ou presidente de Junta, funcionário ou empregado, antes da reunião da Junta para a qual o processo foi distribuído, sob pena de sanção funcional específica do órgão e/ou entidade com a qual tenha vínculo funcional ou empregatício;

XIII- não permitir o acesso imotivado de pessoas, incluindo membros das Juntas e seus presidentes às instalações da JARI fora dos dias e horários de reuniões, a não ser com expressa autorização do Coordenador das JARIs.

§ 1º A Secretaria Administrativa e seus auxiliares subordinam-se normativamente ao Coordenador das JARIs.

§ 2º O Coordenador poderá solicitar à entidade executiva municipal de trânsito a substituição de qualquer servidor ou empregado da Secretaria Administrativa, se considerada necessária.

§ 3º A entidade executiva municipal de trânsito deverá comunicar previamente ao Coordenador qualquer movimentação de pessoal lotado na



Secretaria Administrativa.

Seção X

Disposições finais e transitórias

Art. 30. O procedimento de planejamento mensal de distribuição interna dos processos fica condicionado à implantação da distribuição dos recursos por processamento eletrônico às JARIs.

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pela entidade executiva municipal de trânsito.

Art. 32. As Portarias DSV/SMT nºs 11/2005, 22/2005, 43/2006, 3/2008, 12/2008, 114/2008, 132/2009 e 43/2011 ficam revogadas pela Portaria SMT-GAB nº 007/2023, de 28 de janeiro de 2023.

Art. 33. Este Comunicado entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se o Comunicado da Autoridade de Trânsito nº 020/2022, de 30 de dezembro de 2022, publicado no DOC em 1º de fevereiro de 2023.

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DA JARI

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DA JARI

Eu,

RG: _____ CPF: _____

Declaro não estar impedido para o exercício da atividade de membro da JARI da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET na representação à qual estou vinculado, conforme estabelecido na legislação específica, bem como me comprometo a informar à Secretaria da JARI de imediato no caso da superveniência de algum impedimento.

São Paulo, ____ de _____ de 20 ____.

assinatura do membro

ANEXO II

TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA JARI

TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA JARI

Eu,

RG: _____ CPF: _____

Pelo presente formalizo o aceite do exercício da função de membro da JARI da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET para o qual fui designado, ciente das disposições legais e infralegais vigentes para a função, em especial as do regimento interno, disposições cuja inobservância poderão implicar no meu desligamento como membro após procedimento administrativo interno próprio.

JUNTA: _____ Reunião Semanal na _____feira ☐ manhã ☐ tarde

Representação: ☐ Órgão de trânsito

☐ 1º Representante

☐ 2º Representante

☐ Comunidade.

☐ 1º Representante

☐ 2º Representante

☐ Entidade: _____

São Paulo, ____ de _____ de 20 ____

assinatura do membro

São Paulo Obras

Presidente: Marco Alessio Antunes

Rua XV de Novembro, 165 - Centro - São Paulo/SP - 01013-001 -

156

E-MAIL: comunicacaospobras@spobras.sp.gov.br

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ata | Documento: [161516329](#)

PROCESSO SEI N.º 7910.2023/0002532-2

LICITAÇÃO nº 007/SPOBRAS/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE **REFORMA E MANUTENÇÃO** DE UNIDADES EDUCACIONAIS -- EMEF SENADOR MILTON CAMPOS - LOTE 248

DECLARAÇÃO DE LICITANTE VENCEDOR

Transcorrido *ins albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitações, **DECLARA VENCEDOR** do certame, nos termos o item 13.8 do Edital, a empresa **PILÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, cujo percentual de desconto ofertado é de **16,88%** (dezesseis virgula oitenta e oito por cento), sobre o orçamento referencial, na data-base: **julho/2025**. Os autos serão encaminhados à Gerência de Preços e Custos para elaboração da planilha contratual, observado o disposto no subitem 14.1.2 do Edital, a qual integrará o futuro contrato.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Maria Beatriz M Millan Oliveira

Presidente da CPL

Ata | Documento: [161516690](#)

PROCESSO SEI N.º 7910.2023/0002852-6

LICITAÇÃO nº 008/SPOBRAS/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE **REFORMA E MANUTENÇÃO** DE UNIDADES EDUCACIONAIS -EMEF PALIMÉRCIO DE RESENDE - LOTE 250

DECLARAÇÃO DE LICITANTE VENCEDOR

Transcorrido *ins albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitações, **DECLARA VENCEDOR** do certame, nos termos o item 13.8

do Edital, a empresa **DEKTON ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, cujo percentual de desconto ofertado é de **16,00%** (dezesseis por cento), sobre o orçamento referencial, na data-base: **julho/2025**. Os autos serão encaminhados à Gerência de Preços e Custos para elaboração da planilha contratual, observado o disposto no subitem 14.1.2 do Edital, a qual integrará o futuro contrato.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Maria Beatriz M Millan Oliveira

Presidente da CPL

Ata | Documento: [161517138](#)

PROCESSO SEI N.º 7910.2022/0001715-8

LICITAÇÃO nº 024/SPOBRAS/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE **REFORMA E MANUTENÇÃO** DE UNIDADES EDUCACIONAIS -EMEF PROFESSOR PRIMO PASCOLI MELARE - LOTE 82

DECLARAÇÃO DE LICITANTE VENCEDOR

Transcorrido *ins albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitações, **DECLARA VENCEDOR** do certame, nos termos o item 13.8 do Edital, a empresa **DPT ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA**, cujo percentual de desconto ofertado é de **19,20%** (dezenove vírgula vinte por cento), sobre o orçamento referencial, na data-base: **julho/2025**. Os autos serão encaminhados à Gerência de Preços e Custos para elaboração da planilha contratual, observado o disposto no subitem 14.1.2 do Edital, a qual integrará o futuro contrato.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Maria Beatriz M Millan Oliveira

Presidente da CPL

Ata | Documento: [161517410](#)

PROCESSO SEI N.º 7910.2024/0002379-8

LICITAÇÃO nº 027/SPOBRAS/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE **REFORMA E MANUTENÇÃO** DE UNIDADES EDUCACIONAIS - EMEF PROFESSORA JOANINHA GRASSI FAGUNDES - LOTE 254

DECLARAÇÃO DE LICITANTE VENCEDOR

Transcorrido *ins albis* o prazo recursal, a Comissão Permanente de Licitações, **DECLARA VENCEDOR** do certame, nos termos o item 13.8 do Edital, a empresa **ENGECON ABC CONSTRUÇÕES, EMPREENDIMENTOS E INCORPORADORA LTDA**, cujo percentual de desconto ofertado é de **20,82%** (vinte vírgula oitenta e dois por cento), sobre o orçamento referencial, na data-base: **julho/2025**. Os autos serão encaminhados à Gerência de Preços e Custos para elaboração da planilha contratual, observado o disposto no subitem 14.1.2 do Edital, a qual integrará o futuro contrato.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES